

EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALÉM DO ACESSO À MATRÍCULA

Gracy de Melo Borges¹; Rita Oliveira de Carvalho²; Arlane Markely dos Santos Freire³;
Antonia Gomes do Nascimento⁴

¹ Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato – CE, Brasil. E-mail:
gracy.borges@urca.br

² Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato – CE, Brasil. E-mail:
rita.carvalho@urca.br

³ Universidade de São Paulo (USP); Secretaria Municipal de Educação de Crato – CE,
Brasil. E-mail: arlanemarkely@usp.br

⁴ Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, Santana do Cariri – CE, Brasil. E-mail:
Antonia.gomes@urca.br

Introdução

A inclusão configura-se como uma prática que deve ser efetivada cotidianamente em múltiplos espaços sociais, extrapolando os limites das instituições de ensino. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de refletir acerca da relevância do investimento em políticas públicas educacionais, assim como na formação inicial e continuada de docentes e demais profissionais, de modo a assegurar a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade. O presente texto tem como objetivos discutir a importância da inclusão no âmbito escolar, compreendendo que esta não se restringe à garantia de acesso por meio da matrícula de estudantes com transtornos ou deficiências, sejam elas de ordem física ou intelectual. Para além do acesso, é imprescindível garantir condições que favoreçam a permanência, a participação e o pleno desenvolvimento desses sujeitos no ambiente educacional, assegurando-lhes o direito à aprendizagem em igualdade de condições. Outrossim, a relevância do estudo fundamenta-se na compreensão de que as instituições de ensino devem adotar um currículo diversificado e inclusivo, capaz de contemplar a heterogeneidade dos estudantes. Nesse sentido, faz-se necessário que Centros de Educação Infantil (CEI), creches e escolas estejam devidamente estruturadas e preparadas para acolher esses alunos, oferecendo suporte adequado que viabilize sua permanência ao longo de todo o ano letivo. Ademais, o

trabalho aborda os desafios ainda presentes em diversas instituições de ensino que não dispõem de condições adequadas de acessibilidade. Dessa forma, reforça-se a importância da promoção de espaços educacionais inclusivos, da implementação de práticas pedagógicas diversificadas e da consolidação de um currículo comprometido com os princípios da inclusão. Diante do exposto, torna-se pertinente problematizar o papel da escola no que se refere ao apoio e à mediação no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes, bem como identificar as lacunas ainda existentes que se configuram como desafios a serem superados no contexto educacional contemporâneo. Considerando tais objetivos, o texto a seguir apresenta discussões pertinentes em torno do objeto em estudo, apontando reflexões acerca do papel da escola no processo contínuo de inclusão.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão de literatura, fundamentada em levantamento bibliográfico. Para a construção do referencial teórico, foram selecionadas obras de autores renomados que discutem a temática da educação inclusiva, tais como Gueudeville (2024), Mantoan (2003), Libâneo (2013), entre outros estudiosos que contribuíram significativamente para a compreensão do objeto de estudo. A revisão também permitiu identificar avanços, desafios e lacunas presentes na efetivação de práticas inclusivas nas instituições de ensino.

Resultados e discussões

É fundamental compreender que a inclusão não se limita à oferta de matrícula, mas envolve a garantia de condições que possibilitem à pessoa com transtornos ou deficiência, seja de natureza física ou intelectual, o direito à socialização, à aprendizagem e à convivência em classes regulares de ensino, com qualidade e respeito. Nesse sentido, torna-se pertinente retomar o questionamento proposto por Mantoan (2003) acerca de como as escolas têm se organizado, na atualidade, para assegurar o acesso à educação inclusiva. A partir dessa problematização, faz-se necessário aprofundar o debate, recorrendo à contribuição de Gueudeville (2024, p.31), ao afirmar que:

[...]se torna importante que saibamos da importância dos espaços inclusivos nas escolas, e que estes devem ser ocupados por qualquer pessoa, possibilitando às mesmas o direito ao ensino, ao afeto, acolhimento e principalmente o direito de aprender. Para isso, se torna cada vez mais necessário que as instituições de ensino devam em contexto atual se adaptar aos estudantes, uma vez que se faz necessário mudanças inclusive na própria estrutura, e aqui, “vale ressaltar que as escolas em sua estrutura

arquitetônica, atitudinal e pedagógica foram e continuam sendo organizadas para atender um modelo estabelecido de estudante dotado(a) de condições físicas e intelectuais íntegras a partir de um padrão estabelecido socialmente.

De acordo com a citação da autora, evidencia-se que, em muitas instituições de ensino, a inclusão ainda ocorre de forma superficial, configurando-se, por vezes, como um “faz de conta” no que se refere à acessibilidade, ao acompanhamento e às práticas inclusivas. Na realidade, o que se observa são inúmeros desafios, como salas superlotadas e a sobrecarga de um único docente, que, muitas vezes, não dispõe de condições adequadas para atender à diversidade presente em sala de aula, bem como falta de mediador. Evidencia-se também que essa realidade se torna ainda mais desafiadora quando há em um mesmo ambiente crianças ou adolescentes que necessitam de atividades específicas, considerando sua deficiência, e por muitas vezes os recursos não estão disponíveis ao docente. Nessa perspectiva, Gueudeville (2024, p. 7) destaca que “se faz necessário “ressignificar” o papel da escola, promovendo, em seu cotidiano, formas mais solidárias e inclusivas de convivência”. A autora enfatiza que é a escola que deve se transformar para garantir o direito de todos à educação, e não o contrário, reafirmando que esse direito é indisponível e deve ser assegurado a todos os sujeitos.

Cotidianamente, é necessário que a escola auto avalie suas práticas de maneira contínua, buscando fortalecer a parceria entre instituição e família, bem como investir na formação continuada de todos os profissionais. Além disso, é fundamental promover um ambiente verdadeiramente inclusivo, capaz de favorecer o desenvolvimento de aprendizagens significativas para crianças neuro divergentes. Tal processo implica a ampliação dos espaços e a garantia de condições de acesso e permanência com qualidade, assegurando o suporte necessário a esses estudantes. Nesse sentido, a efetivação da inclusão demanda um compromisso permanente e coletivo, constituindo-se como uma luta constante para que, de fato, se concretize no cotidiano escolar.

Assim, a construção de práticas inclusivas implica a ampliação dos espaços, a garantia de condições de acesso e permanência com qualidade e a oferta de suporte adequado às necessidades dos alunos. Como pontua Mantoan (2003) os espaços escolares devem ser plurais, de modo que a educação proporcione uma formação integral, garantindo não apenas o acesso por meio da matrícula, mas também o direito ao conhecimento ao longo de todo o ano letivo. Para isso, torna-se essencial o desenvolvimento de práticas pedagógicas acolhedoras e inclusivas, que assegurem a participação de todos os estudantes no processo de aprendizagem.

Nessa mesma perspectiva, Gueudeville (2024, p. 79) afirma que “nesse sentido, queremos evidenciar que não basta apenas possibilitar o acesso de tais estudantes às escolas comuns, eles precisam verdadeiramente vivenciar os processos de ensino e aprendizagem”. A partir dessa compreensão, evidencia-se a necessidade de que as instituições de ensino se adequem às demandas dos estudantes, promovendo a ampliação e a reorganização dos espaços, bem como o aprimoramento das práticas pedagógicas.

Ademais, ressalta-se a importância de implementar, desde a Educação Infantil, práticas pedagógicas que promovam a inclusão, tais como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o uso de tecnologias assistivas e estratégias como a gamificação. Tais abordagens contribuem significativamente para o processo de ensino e aprendizagem, ao favorecer a participação ativa dos estudantes e atender às suas diferentes necessidades.

Nesse contexto, concordamos com Libâneo (2013) ao argumentar que a prática pedagógica deve considerar as diferenças individuais dos alunos, propondo metodologias que favoreçam a aprendizagem significativa. Ou seja, é preciso conhecer o contexto, planejar, a fim de utilizar-se de metodologias adequadas de cada realidade. De forma complementar, Saviani (2008) defende que a escola tem a função social de garantir o acesso ao conhecimento sistematizado a todos, sem exclusão, o que implica a necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade. Podemos assim entender, que ensinar exige prática inclusiva que considerem as especificidades e diferentes necessidades.

Saviani (2011, p.14), evidencia que, enquanto a instituição privilegiada da educação, “a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado; e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não a cultura popular”. O autor pontua de forma clara quanto a função da escola para o desenvolvimento do conhecimento sistematizado, organizado e com qualidade, possibilitando aos sujeitos um ensino sem fragmentação.

Por isso, Silveira (2021), defende a importância que as instituições de ensino desenvolvam práticas que promovam a integração entre todos os estudantes, para além disso, torna-se fundamental possibilitar a todas as crianças saber sistematizado. Desse modo, cabe reforçar o que dizem (Booth; Ainscow, 2012), ao enfatizar que a inclusão é “reestruturar as políticas, culturas e práticas nas escolas, de forma que estas respondam à diversidade dos alunos da localidade”. Neste sentido, torna-se necessário que os espaços de instituições de ensino se adequem às necessidades específicas dos estudantes, para assim, garantir uma educação inclusiva.

Ao finalizar este estudo, frisamos o quanto é fundamental a escola ser inclusiva e compreender quais ações são necessárias para que, de fato, essa inclusão aconteça no cotidiano das crianças, jovens, adolescentes e adultos que adentram nas instituições de ensino. Nesse sentido, destaca-se a importância de práticas pedagógicas que respeitem as diferenças, promovam a equidade e garantam o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes. Além disso, é imprescindível o compromisso com a formação continuada dos profissionais da educação, bem como o desenvolvimento de estratégias didáticas que atendam às necessidades específicas de cada aluno. A atuação conjunta entre escola, família e políticas públicas também se mostra essencial para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva. Por fim, compreende-se que a inclusão não deve ser vista apenas como uma obrigação legal, mas como um princípio ético e social, que valoriza a diversidade humana e contribui para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Nesse sentido ampliar o investimento público é fundamental para sua efetividade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Escola. Ensino. Práticas.

Referências

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **Index para a Inclusão:** desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola Tradução Mônica Pereira dos Santos. UNESCO/CSIE. 2012.

GUEUDEVILLE, Rosane Santos. **O desenho universal para a aprendizagem em tempos de escolas neoliberais:** contribuições para uma educação inclusiva. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Natal, RN, 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2013.

MANTOAN, Ediglê. **Inclusão escolar** : o que é? por quê? Como fazer? / São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

SILVEIRA, Jader Luiz da. **Educação Inclusiva na prática reflexões sobre o cenário atual.** Formiga (MG). Editora: Uni Esmero, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** Campinas: Autores Associados, 2008.
Pedagogia Histórico Crítica: Primeiras aproximações . 11. ED. Campinas- São Paulo, Autores associados, 2011.